



Revista de Administração da Universidade  
Federal de Santa Maria

E-ISSN: 1983-4659

rea@smail.ufsm.br

Universidade Federal de Santa Maria  
Brasil

Ferreira de Freitas, Alair

ORGANIZAÇÕES DE MICROFINANÇAS: INOVAÇÕES E DESAFIOS PARA A INCLUSÃO  
FINANCEIRA

Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, vol. 6, núm. 1, enero-marzo, 2013,  
pp. 39-54

Universidade Federal de Santa Maria  
Santa Maria, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273428927004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# ORGANIZAÇÕES DE MICROFINANÇAS: INOVAÇÕES E DESAFIOS PARA A INCLUSÃO FINANCEIRA

## *MICROFINANCE ORGANIZATION: INNOVATIONS AND CHALLENGES FOR THE FINANCIAL INCLUSION*

Recebido 03/10/2011

Aceito 13/05/2012

Alair Ferreira de Freitas<sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é revisar a literatura especializada em organizações de microfinanças e discutir lacunas teórico-metodológicas, destacando as inovações e os desafios para a inclusão financeira de populações de baixa renda. Percebe-se que, apesar das organizações de microfinanças apresentarem avanços significativos em termos operacionais, principalmente nas metodologias creditícias, através de mecanismos de seleção e monitoramento coerentes com seus objetivos sociopolíticos, elas esbarram no dilema existente entre a viabilidade financeira e a ampliação da sua base social em direção aos mais pobres.

**Palavras-chave:** microfinanças; inclusão financeira; governança.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Gestão de Cooperativas e Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa - UFV. Atualmente é doutorando do Centro de Pesquisas e Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: alairufv@yahoo.com.br.

ABSTRACT

*The aim of this paper is to review the literature on microfinance organizations and discuss theoretical and methodological shortcomings, highlighting the innovations and challenges for financial inclusion of low-income populations. It is noticed that despite the microfinance organizations present significant advances in operational terms, mainly in lending methodologies through mechanisms of selection and monitoring consistent with their socio-political aims, they collide in the dilemma between financial viability and expand its social base toward the poorest.*

**Keywords:** *microfinances; financial inclusion; governance.*

## INTRODUÇÃO

O atual Governo Federal Brasileiro assumiu o objetivo de combater a pobreza e a miséria. Isso aconteceu em meio a uma inversão de paradigmas das políticas públicas de desenvolvimento, daquelas concepções baseadas no desenvolvimento a partir do crescimento econômico, focadas na expansão de grandes empresas e do tecido industrial, para outra, com perspectiva mais endógena, partindo da necessidade de inclusão social e de redução das desigualdades (de renda e de acesso a bens públicos e direitos básicos, por exemplo). Conforme Sen (2000), se pode notar uma concepção de desenvolvimento amparada pela ampliação das liberdades humanas e diminuição das privações.

Dentre as estratégias de combate a pobreza, o acesso ao crédito e a outros serviços financeiros é concebido como uma questão primordial, especialmente pelo seu papel no incentivo de atividades econômicas. As microfinanças, como são chamados os microsserviços financeiros destinados à população de baixa renda, visam ampliar a capacidade de investimento deste público. As últimas décadas, aliás, presenciaram o advento de tecnologias que possibilitaram o acesso ao crédito a milhões de indivíduos excluídos do setor financeiro tradicional. Essas tecnologias são inovadoras e configuram-se como adequadas, por considerarem a imensa e diversificada necessidade de liquidez por parte de populações desprovidas de patrimônio e das contrapartidas habitualmente exigidas pelos bancos de varejo.

Essa necessidade de liquidez, que, historicamente, foi negligenciada por instituições financeiras tradicionais, acabou por traduzir-se na formação de um conjunto muito variado de organizações capazes, em grande parte, de emprestar para pessoas pobres montantes tão pequenos que seriam incompatíveis com os custos das organizações bancárias convencionais (JUNQUEIRA, 2003). Não obstante, a rentabilidade dessas organizações de microfinanças dependerá da qualidade da avaliação de riscos e de monitoramento. Na origem dessa relação de troca baseada nas finanças, há que se considerar a existência de assimetria de informação entre o tomador e o credor. Reside, aí, um elemento importante de análise para compreender como funcionam tais organizações e como elas lidam com os desafios cotidianos da (auto)gestão.

Porém, é observável, como demonstrou Neri (2008), que o mercado de crédito brasileiro privilegia mais a camada de alta renda do que a de baixa, uma vez que os empréstimos são de curto prazo e exigem contrapartidas materiais para o acesso. E, quando a cessão dos empréstimos ocorre, ocorre sob taxas exorbitantes, seja pela alta taxa básica de juros ou pelo elevado *spread*<sup>2</sup> financeiro envolvido nas taxas dos empréstimos feitos por organizações que visam exclusivamente o lucro e o fortalecimento corporativo.

No contexto da necessidade de ampliação do acesso ao crédito atrelado, por um

---

<sup>2</sup> *Spread* corresponde à diferença entre os juros cobrados pelas instituições financeiras aos tomadores em operações de crédito (principalmente em empréstimos) e os juros pagos aos poupadores e investidores em suas aplicações na instituição financeira. Assim, quanto maior o *spread*, maior o lucro obtido nas operações financeiras.

lado, às iniciativas de combate à pobreza, e, por outro, ao mercado financeiro cada vez mais seletivo e oligopolizado, é que se explicitam as inovações e, juntamente, os inúmeros desafios das organizações de microfinanças (*microfinance organizations*). Não obstante, apresenta-se como premissa neste trabalho a questão de que as camadas sociais pobres possuem intensa vida financeira, acessando cotidianamente inúmeros serviços financeiros, ainda que por meio de mecanismos informais, como os popularmente conhecidos agiotas. Qualquer iniciativa formal que vise incluir essa camada deve considerar as especificidades de sua vida financeira e os desafios instrumentais de operacionalização dos serviços.

Com base em tais premissas, o objetivo deste artigo é revisar a literatura especializada em organizações de microfinanças (OMFs) e discutir lacunas teórico-metodológicas, destacando as inovações e os desafios para a inclusão financeira de populações de baixa renda. Espera-se, com isso, gerar elementos para futuras análises empíricas sobre esse tipo de organização e subsídios à intervenção de atores da sociedade civil e do poder público. Este trabalho pauta-se por um recorte analítico arbitrário, buscando destacar a importância de contextualizar a operacionalização dessas organizações diante da variedade de contextos e grupos sociais que circunscrevem sua atuação.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro partes, além da introdução. A seção seguinte analisa a lógica do setor bancário, apresentando sua contradição em relação às especificidades da vida financeira de populações pobres e contextualizando características organizacionais do setor bancário tradicional. Em seguida, na seção três, discutem-se as microfinanças e suas inovações metodológicas na luta contra a pobreza, sinalizando a especificidade das OMFs e os avanços alcançados para a inclusão financeira. A seção quatro analisa alguns desafios das OMFs, que foram agrupados em três categorias: institucionalização, governança e dilemas. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais que indicam perspectivas ao setor.

## 1 A LÓGICA DO SETOR BANCÁRIO TRADICIONAL E SUAS LIMITAÇÕES

O setor financeiro brasileiro sofreu importantes transformações na transição de um contexto de alta para baixa inflação. A intervenção do Estado nesse setor foi decisiva, promovendo uma reestruturação do sistema, especialmente mediante a execução do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Estadual (PROES)<sup>3</sup>. Os bancos, principais organizações do setor, tornaram-se mais eficientes na intermediação financeira, obtiveram melhores resultados, como uma resposta dinâmica ao cenário de estabilidade monetária e conseguiram a preservação de elevados níveis de rentabilidade (OLIVEIRA, 2008). Contudo, se, por um lado, observou-se grande eficiência, por outro, os bancos têm mostrado-se ineficientes, seja no âmbito de sua contribuição para o financiamento do desenvolvimento, seja no que compete à integração de uma parcela importante da população (a de baixa renda) ao mercado de serviços financeiros.

Notadamente, a sofisticação do setor bancário brasileiro não se traduz em termos de ampliação e diversificação do alcance dos serviços financeiros e da eficiência social das organizações. Com efeito, destaca-se uma situação de “agonia financeira” (OLIVEIRA, 2008) para

<sup>3</sup> Embora com objetivos diferentes, os programas implementados foram decisivos para definir a atual estrutura do Sistema Financeiro Nacional, no marco dos quais houve privatização de bancos estaduais, fusões bancárias, fechamento de bancos e socorro a bancos falidos. Assim, segundo Couto e Abrúcio (2003), foi de fato realizada uma grande reforma, adequando o sistema bancário brasileiro aos padrões internacionais.

uma parcela significativa da sociedade, a qual fica à margem dos circuitos financeiros formais e sujeita a relações de exploração pelo crédito, acarretando desigualdades sociais.

A lógica de atuação das organizações financeiras tradicionais na mediação com populações de baixa renda esbarra constantemente em elevados custos fixos para operações de baixos montantes. Essa mediação é expressa pela relação entre credores e devedores e é marcada por uma assimetria de informação nas transações, gerando comumente dois tipos de problemas que interferem diretamente na capilaridade e seletividade da organização: (i) a seleção adversa, que envolve, muitas vezes pelo distanciamento social, o desconhecimento da capacidade de pagamento do tomador por parte do credor, limitando a qualidade da avaliação – é, portanto, anterior à realização da transação; e (ii) o risco moral (*moral hazard*), relacionado às dificuldades de previsão e monitoramento dos comportamentos futuros e das condições de viabilidade dos investimentos realizados – é um problema posterior à concessão do empréstimo.

Na tentativa de explicitar as dificuldades que permeiam as relações entre organizações bancárias e os segmentos econômicos de baixa renda, Schröder (2005) argumenta que é preciso considerar o processo de diferenciação social entre os mesmos, pois dificilmente integram circuitos sociais semelhantes. Geralmente, a oferta bancária de serviços financeiros não está conectada às demandas da população de baixa renda, pelo fato de essa população desenvolver atividades produtivas diversificadas e em escala reduzida, além de possuírem pouca ou nenhuma garantia patrimonial como contrapartida para as organizações financeiras.

Segundo Schröder (2005), os arranjos institucionais bancários apresentam limites para o atendimento das famílias de baixa renda pelas barreiras culturais, organizacionais e institucionais que os separam e por não possuírem tecnologias financeiras adequadas ao setor bancário. Isso permeia o debate sobre a lógica de atuação e organização das instituições bancárias, traduzida em suas principais características, de acordo com a autora:

- Altas taxas de juros praticadas no mercado, *spreads* elevados e um número reduzido de operações. A consequência é o elevado custo do crédito bancário que, em conjunto com sua oferta reduzida, amplia e reforça as restrições para o acesso;
- Estrutura de gestão verticalizada, na qual o processo decisório depende dos imperativos de competitividade nos mercados financeiros, que estimulam processos de fusão, privatização e concentração bancária. Esses fatores perpetuam a grande distância entre a estrutura de gestão e os espaços de interação de seus clientes;
- A existência de elevados custos de transação leva os mercados formais (e tradicionais) de crédito a incorporarem determinados elementos ao seu *modus operandi*, como a exigência de garantias patrimoniais como contrapartida nos contratos. Todavia, a requisição dessas garantias para os indivíduos pobres é frequentemente uma restrição para o acesso ao crédito;
- Falta de familiaridade das instituições bancárias com a dinâmica econômico-produtiva das populações de baixa renda. Isso intensifica os custos e problemas nas operações de crédito com o setor bancário.

Tendo em vista que a intermediação bancária não é adaptada ao perfil e às necessidades de funcionamento dos pequenos empreendimentos, as técnicas convencionais de avaliação do risco e da capacidade de pagamento tornam o processo de concessão do crédito algo bastante oneroso. O estudo de Ferrary (2003) sobre diferentes formas de avaliação do risco em organizações bancárias francesas aponta para o fato de que os mecanismos instrumentais de monitoramento e

avaliação do crédito nos bancos são limitados e tendem a selecionar os clientes por lidar apenas com informações objetivas, baseadas, principalmente, em bens materiais e recursos monetários. Nesse sentido, financiar microempreendimentos de pessoas de baixa renda não seria viável, pois é impossível determinar uma distribuição estatística da probabilidade de falência no âmbito de um perfil objetivo dos pequenos negócios. A eficiência da instrumentalização, portanto, é negada pela heterogeneidade do ambiente.

As características de um mercado de crédito diversificado com o perfil de baixa renda não são de fácil leitura pelas estruturas bancárias devido à distância entre os circuitos sociais que a integram, por exemplo, microempreendedores e gerentes de agências bancárias. Essas características combinadas tornam as operações microfinanceiras pouco atraentes ou de retorno muito lento segundo a lógica mercantil do setor bancário tradicional.

Sob essa lógica, é possível sintetizar dois principais grupos de fatores que restringem o acesso ao crédito a indivíduos e famílias de baixa renda (NERI, 2008): i) o alto custo operacional e a representação de alto risco no manejo de pequenas operações de crédito para tais populações, e ii) as fragilidades metodológicas de natureza informacional que resultam em dificuldades de monitoramento e exigência de garantias patrimoniais e de histórico de crédito.

## 2 MICROFINANÇAS: INOVAÇÕES METODOLÓGICAS PARA A INCLUSÃO FINANCEIRA

Microcrédito, microfinanças, microfinanças descentralizadas, microfinanças solidárias, finanças solidárias, são termos diferentes, empregados por diversos autores<sup>4</sup> e que designam um mesmo segmento do sistema financeiro voltado para a prestação de serviços financeiros às populações de baixa renda. Esse segmento é hoje reconhecido como importante, nacional e internacionalmente; e vem constituindo-se como uma das prioridades adotadas pelo Governo Federal Brasileiro para descentralização e acessibilidade financeira.

De acordo com Junqueira (2003), a literatura pertinente ao tema aponta que o microcrédito, uma das principais modalidades das microfinanças, corresponde a valores de até US\$ 500,00 por empréstimo. Contudo, é evidente que definir (enquadrar) um valor universal para a delimitação conceitual de microfinanças é impossível e, se fosse possível, seria até mesmo um equívoco, já que os contextos locais influenciam diretamente o montante e o tipo de serviço, além da forma de concessão. Definir um valor para os outros tipos de serviços microfinanceiros, como a poupança, é ainda mais complexo devido à natureza da transação e especialmente ao já referido contexto local. No entanto, para facilitar a apreensão do termo, pode-se definir microfinanças, baseando em Neri (2008), como uma série de serviços financeiros de baixo valor concedidos a pessoas e famílias de baixa renda, sejam elas do meio rural, sejam do meio urbano.

Microfinanças, então, não se limitam a pequenos empréstimos, mas referem-se, também, a uma gama de serviços financeiros diversos, que incluem microcrédito, micropoupanças, microsseguros, crédito imobiliário e remessas de imigrantes, para citar apenas os principais. Sua principal função, segundo Neri (2008), é aumentar a capilaridade do sistema financeiro em seus diversos segmentos, dando ênfase ao crédito, à poupança e ao seguro como instrumentos financeiros da reprodução social de famílias de baixa renda.

---

<sup>4</sup> É válido destacar aqui que muitos autores não consideram os termos como sinônimos ou consideram uns mais abrangentes que outros. Contudo, em geral, esses termos apresentam o mesmo sentido teórico.

## 2.1 A essência prática das microfinanças

Notadamente em fins da década de 1980, e especialmente a partir da década de 1990, evidencia-se a propagação de experiências no campo do microcrédito e das microfinanças na América Latina. Essas experiências tomam corpo à medida que cresce a concentração financeira e o mercado de trabalho informal. O principal panorama para o fortalecimento e a expansão das microfinanças é a dificuldade das organizações financeiras tradicionais operarem sob sua lógica bancária mercantilizada no fornecimento de serviços financeiros a populações de baixa renda (GUERREIRO, 2000).

No campo das microfinanças, por meio de diferentes estudos já realizados (JUNQUEIRA, 2003; LAPENU & PIERRET, 2007; GONZÁLES-VEGA, 2000; SOARES e MELO SOBRINHO, 2008), observa-se que a resposta a esse desafio se traduz na manutenção de baixas taxas de inadimplência, amplo alcance do público alvo e criação de formas diversificadas e flexíveis de garantias e controles, que representam redução de custos nas transações. Isso foi consequência da formação de novos arranjos institucionais, edificados sob novas lógicas, para além da lógica bancária e dos restritos imperativos de competitividade nos mercados financeiros globais.

De acordo com Parente (2003), a abordagem das microfinanças parte do princípio de que, quanto à demanda, as pessoas pobres aceitam e podem pagar juros de mercado para ter acesso ao crédito e, para elas, o acesso oportuno e ágil ao crédito é mais relevante que a taxa de juros cobrada. Em contrapartida, quanto à abordagem das microfinanças, a mesma apresenta tecnologias de produtos financeiros mais adequados (com prazo, valor, finalidade, periodicidade de pagamento, garantia) à realidade dos clientes de baixa renda. Assim, as tecnologias de processo de análise de risco incorporam, além da capacidade de pagar, a análise da vontade de pagar e a construção de garantias não convencionais baseadas no compromisso pessoal e/ou solidário.

Nesse sentido, o objetivo principal das microfinanças é ampliar o alcance dos financiamentos, buscando abranger aqueles sujeitos que não interessam ao sistema financeiro tradicional. As distinções fundamentais entre as microfinanças, portanto, estão nos princípios e nas metodologias empregados para atingir esse objetivo. A questão central das microfinanças, como afirma Junqueira (2003), está em efetivar mecanismos de seleção e monitoramento coerentes com os propósitos das organizações, aliando sustentabilidade institucional, capilaridade do crédito e taxas de juros condizentes com as condições dos potenciais beneficiários.

A operacionalização dos microserviços financeiros é feita pelas organizações de microfinanças (OMFs) e por alguns bancos, principalmente os públicos. Essas organizações não podem operar sob a lógica do setor bancário tradicional, pois poderiam reproduzir as condições de restrição do acesso ao crédito. Ao lidar com um público cuja demanda financeira é heterogênea e diversificada, precisam compreender o tempo e as condições de acesso para formularem mecanismo de operacionalização dos serviços - que não se limitam ao fornecimento de crédito.

Abramovay (2004) organizou uma série de estudos que analisam a vida financeira de populações pobres, com destaque para agricultores familiares em diversas regiões do Brasil. Pode-se enfatizar, a partir desses estudos, a invalidade da hipótese levantada por muitas organizações financeiras tradicionais de que os pobres não possuem vida financeira. É apresentada por vários estudos de caso a rica densidade da vida financeira de famílias pobres, que manejam cotidianamente uma grande variedade de serviços financeiros, muitos deles informais, e que, mesmo em situação de extrema pobreza, esforçam-se para fazer poupanças e seguros. Foi constatado que a pluriatividade, com frequência se torna a característica mais importante da formação da renda dos agricultores familiares, o que contribui para diversificar as demandas financeiras.



Esse contexto, aliado à falta de garantias reais e materiais por parte das populações pobres e o baixo montante de recursos movimentados levam a questionar se a lógica bancária em organizações financeiras que trabalham com esse público seria eficaz sob tais características e demandas. Soma-se, ainda, ao conjunto de constatações empíricas e questionamentos a lógica construída na operacionalização de OMFs que trabalham com esse público e as diferenciações organizacionais provocadas pelo contexto.

Lastreando essa discussão, parte-se da verificação de que, nas últimas décadas, as populações de baixa renda vêm se tornando cada vez mais um nicho de mercado rentável para serviços financeiros formais. Essa constatação busca referência na ampliação dos programas de microcrédito oferecidos por Bancos Públicos e Privados, e edifica-se sob as tecnologias creditícias utilizadas, baseadas nas experiências de microfinanças. Tais tecnologias conciliam (e em alguns casos até substituem) as garantias formais e individuais por formas de empréstimos solidários, avalizados coletivamente e não por bens materiais.

A principal experiência com repercussão internacional nesse sentido é o *Grammen Bank*, em Bangladesh. Yunus (2000) percebeu o potencial da economia local e as demandas de financiamento para suprir necessidades básicas, limitadas pelas condições de pobreza e reproduzidas pela concentração e exclusão financeira. O *Grammen Bank* inaugurou, no campo das microfinanças, importantes contribuições metodológicas, hoje institucionalizadas por diversas OMFs. De acordo com Neri (2008), as principais contribuições do *Grammen Bank* estão relacionadas aos empréstimos solidários (*group lending*), realizados em grupos, como forma de seleção e garantias, à adaptação sazonal no fornecimento de empréstimos e à visão proativa de um banco “que vai em direção às pessoas”.

## 2.2 Avanços metodológicos das microfinanças

A inovação das metodologias microfinanceiras está no fato de que elas criaram canais viáveis para a operacionalização do crédito, pois conseguiram reduzir os elevados custos fixos e os custos operacionais para disponibilizar pequenos empréstimos, o que, com frequência, se coloca como um entrave para concessão de crédito a populações de baixa renda. Essas metodologias microfinanceiras são igualmente relevantes por suprirem falhas de mercado de natureza informacional, como os problemas de assimetria de informação. Os lastros de financiamento por garantias grupais, ou seja, as formas de monitoramento dos investimentos através de empréstimos coletivos auxiliam na substituição de exigências, como propriedades regularizadas e fluxos de renda comprováveis, na medida em que a própria pressão social no interior dos grupos, ligada à reputação de seus membros, age funcionalmente como mecanismo de monitoramento e controle.

Os empréstimos solidários ou empréstimos com aval solidário podem ser considerados como uma das principais contribuições metodológicas. Partindo do pressuposto de que os pobres têm capacidade de investir e empreender negócios, mas lhe faltam garantias para acessar capital financeiro para investimentos, o aval solidário surge como uma forma de concessão de crédito em OMFs, não a um indivíduo isoladamente, mas a um grupo de indivíduos que tomam os empréstimos em conjunto e se obrigam mutuamente a pagar. O aval é solidário porque todos são avalistas de todos e solidariamente se comprometem com o grupo.

Essa forma de conceder empréstimos é, em si mesma, um mecanismo de seleção e monitoramento que utiliza dispositivos sociais e não apenas formais, e é por isso denominado por Neri (2008) como “colateral social”. A seleção acontece quando um indivíduo deixa de



fazer parte de um grupo de empréstimo coletivo caso desconfie que algum membro do grupo não terá capacidade de pagar sua dívida, pois o indivíduo não irá avaliar e assumir riscos de alguém em quem não confia. O conhecimento pessoal prévio e a confiança são fatores inerentes a esse processo de seleção, assim como mostrou Ferrary (2003). O monitoramento utiliza da proximidade, tanto social - pelos vínculos (amizade, vizinhança, parentesco etc.), quanto geográfica - para acompanhar *in loco* os investimentos alheios. A eficiência desses mecanismos sociais é identificada pela importância dos bens em jogo. Não se trata de bens patrimoniais dados como garantia, já que os pobres pouco têm a oferecer nesse sentido, mas de bens intangíveis, como a reputação individual e familiar - que, nesse contexto, se tornam um dos maiores patrimônios preservados pelas famílias pobres.

Esse tipo de mecanismo social nas transações financeiras influencia diretamente nos grupos com problemas de restrição do crédito. Diminuem os custos operacionais, ao flexibilizarem os processos de concessão de crédito e ao reduzirem os custos de monitoramento e obtenção de informações sobre tomadores, e podem ganhar escala e capilaridade por permitir o acesso a crédito por indivíduos que não possuem garantias patrimoniais. A apropriação da dinâmica social dos grupos permite, em princípio, que os vínculos sociais preexistentes atuem mecanismos de regulação do comportamento (coagindo possíveis ações oportunistas) e de pressões morais internas (se um integrante do grupo não pagar, comprometerá todos). Esse monitoramento social amplia as formas de punição, pois pode induzir a perda de reconhecimento dos integrantes que comprometerem a comunidade da qual fazem parte. Esse tipo de metodologia foi inicialmente operado pelo *Grammen Bank* (YUNUS, 2000), e resultou numa capilaridade surpreendente do banco, conjugada à baixa inadimplência dos tomadores.

No Brasil, o aval solidário é utilizado principalmente em programas de crédito rotativo e mais recentemente pelas cooperativas de crédito solidárias<sup>5</sup>. Os exemplos do sistema de cooperativas de crédito rural com interação solidária, como o Cresol, no Sul do Brasil, são contundentes para a análise da eficiência dos mecanismos sociais de avaliação e monitoramento do crédito (BÚRIGO, 2006; SCHRÖDER, 2005). As cooperativas de crédito do sistema Cresol são exemplos de cooperativas em que o aval solidário passou a ser institucionalizado como mecanismo de concessão de empréstimos. No estado de Minas Gerais, as cooperativas de crédito solidárias do Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário (Ecosol) também utilizam desse mecanismo como forma de avaliação dos empréstimos, como verificado por Freitas et al. (2009):

Os compromissos de pagamento dos tomadores de empréstimos inseridos nestes sistemas são mais facilmente cumpridos pelo monitoramento dos 'vizinhos', que tendem a preservar a identidade de bons pagadores que o grupo sustenta, contribuindo diretamente para solidificar índices baixíssimos de inadimplência entre os cooperados do sistema Ecosol (FREITAS *et al.*, 2009, p. 97).

Outra metodologia de microfinanças, muito utilizada e apropriada por diversas organizações, é o que Neri (2008) denomina de "incentivos dinâmicos". É uma estratégia que explora interações repetidas e periódicas entre tomadores e credores, criando uma estrutura de incentivos dinâmicos ao pagamento e à continuação das interações sob ordem progressiva de créditos liberados. Para o autor, a dinâmica dessa metodologia ocorre da seguinte forma:

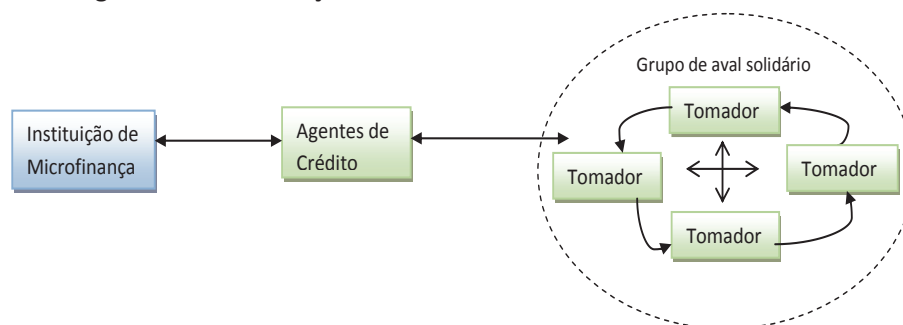
O banco fornece empréstimos crescentes ao longo do tempo (*progressive lending* ou *step lending*), condicionados ao pagamento dos anteriores, e não renovação do contrato com

---

<sup>5</sup> São cooperativas de crédito formadas e gerenciadas por indivíduos de baixa renda que preconizam a solidariedade por meio do crédito. São organizações que trabalham diretamente com microfinanças e possuem princípios bem delineados de promoção do desenvolvimento social e inclusão financeira. Para maiores informações, ver Búrigo (2006).

os tomadores no caso de calote (*default*), reforçada pelo esperado fluxo futuro crescente de empréstimos, atua como um forte incentivo ao pagamento (...) Além disso, o fato de se começar a relação com pequenos montantes permite ao banco testar os tomadores antes de expandir o valor do empréstimo, e separar os maus tomadores antes da expansão (NERI, 2008, p. 37).

Aliado a essas metodologias, instaurou-se também a figura do agente de crédito, que posteriormente se tornou bastante difundida. No campo das microfinanças, especialmente nas cooperativas de crédito solidárias, a literatura aponta esse agente como um “tecelão das redes sociais” (JUNQUEIRA, 2003), pois atua no monitoramento das carteiras de crédito através de um contato pessoal e direto com os tomadores e potenciais tomadores de empréstimo, fortalecendo laços financeiros e sociais. Além de permitir conhecer o público-alvo, permite caracterizar as demandas financeiras e os perfis de cada tipo de público. O contato direto e pessoal numa relação de proximidade viabiliza a formação de vínculos de confiança entre as partes, o que facilita a captação de informações sobre os tomadores pelos credores e facilita o acesso ao crédito pelos tomadores. A Figura 1, abaixo, visa sintetizar a dinâmica de operacionalização do crédito através dessas metodologias de microfinanças.



**Figura 1:** Operacionalização do crédito utilizando de aval solidário e agente de crédito.

**Fonte:** elaborado pelo autor (2012).

Esse tipo de metodologia adotada para o fornecimento de serviços financeiros a populações de baixa renda torna-se uma distinção ponderável sobre os formatos tradicionais de concessão de crédito dos bancos comerciais. As metodologias de operacionalização dos serviços tornam-se instrumentos de modelagem organizacional por imprimirem nova dinâmica ao funcionamento das organizações financeiras. As microfinanças, portanto, criam uma nova lógica de funcionamento para tornarem-se, ao mesmo tempo, financeiramente viáveis, economicamente contextualizadas e socialmente úteis. Apesar do rigor técnico não ser abandonado nas análises das carteiras de crédito, as OMFs valem-se de vínculos de confiança e relações de proximidade como mecanismos sociais de avaliação e monitoramento. Pode-se considerar, assim, que tais metodologias possibilitam uma inovação social a partir de tecnologias sociais na gestão do crédito, questões discutidas por Oliveira e Silva (2012).

Com base na literatura consultada e nas experiências do cooperativismo de crédito solidário no Brasil, pode-se denominar a lógica de operacionalização das microfinanças como uma “lógica da proximidade”. Essa lógica opera sobre imperativos sociais e não competitivos de mercado. A proximidade é o fator chave para interpretação das inovações nas microfinanças, pois é o combustível que mantém a frequência das interações financeiras, reproduzindo as relações de confiança e reforçando a solidariedade criada devido ao crédito conjunto. A lógica da proximidade é socialmente construída e geograficamente delimitada.

Sob tal lógica, os serviços financeiros são concebidos como parte das estratégias de

reprodução social das famílias pobres, por isso, são necessários no cotidiano da unidade de produção. Assim, existe a necessidade de manterem suas fontes de financiamento, o que contribui para que a família se esforce para pagar os empréstimos e a realização de poupanças e seguros. O crédito na hora certa, em quantidade suficiente e a um preço acessível são instrumentos de promoção de atividades produtivas e de melhoria da qualidade de vida de populações carentes, especialmente no meio rural (ABRAMOVAY, 2004).

### 3 DESAFIOS DAS ORGANIZAÇÕES DE MICROFINANÇAS

Segundo o exposto acima, percebe-se que a lógica de funcionamento das organizações de microfinanças (OMFs) se difere daquela empregada no setor bancário tradicional e a contradiz, pois os princípios que guiam a gestão não são apenas baseados em imperativos de mercado. Entretanto, tais organizações precisam manter-se ativas e formalizadas para poderem desenvolver regularmente seus produtos e serviços, ou seja, estão inseridas em um ambiente institucional que condiciona seu funcionamento. Com efeito, inúmeros desafios são cotidianamente enfrentados pelas OMFs na tarefa de inclusão financeira dos pobres. Para apresentar alguns dos desafios que podem ser inferidos a partir da discussão aqui colocada, definiram-se três categorias principais: (i) institucionalização; (ii) governança; (iii) dilema.

#### 3.1 Institucionalização

OMFs podem ser Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações Cíveis de Interesse Público (OCIPs), Bancos Comunitários, Cooperativas de Crédito e, também, alguns bancos. No entanto, independente do tipo das OMFs, elas apresentam desafios similares. Nesse quesito, para Lapenu e Pierret (2007, p. 7), “[...] el actual desafío de la mayoría de las instituciones de Microfinanzas consiste en su institucionalización y perennidad”. As autoras apontam que a perenidade das OMFs não se restringe apenas a sua viabilidade financeira e à adaptação aos marcos jurídicos existentes, mas também a uma visão estratégica bem definida e uma organização transparente, eficiente e legítima para todos os atores diretamente envolvidos, principalmente o público-alvo. Dessa forma, as OMFs, apesar de tenderem à massificação e expansão contínua, precisam partir de um conhecimento autêntico e profundo do segmento de mercado no qual operam, respondendo a uma demanda concreta.

A regulação das OMFs é um fator preponderante nessa discussão, pois estabelece padrões de comportamento organizacional e pode definir suas características operacionais. O Banco Central do Brasil é o principal órgão oficial de regulação do setor no país e impõe normas e diretrizes para a operação de instituições financeiras. No Brasil, várias organizações que compõem o campo das OMFs não podem captar depósitos, pois a legislação pertinente ao setor apenas permite às cooperativas de crédito e aos bancos realizarem atividades formais de poupança, excluindo da operação desse serviço os Bancos do Povo, as ONGs, as OCIPs e as Sociedades de Crédito Mútuo.

Sob esse aspecto, a maioria das OMFs ainda não se enquadra em sistemas oficiais de regulação, o que restringe seu portfólio de serviços. Por outro lado, de acordo com Jansson (2000), em um ambiente regulado oficialmente, como aquele no qual se inserem as cooperativas de crédito, as OMFs enfrentam quatro problemas potenciais, que são: (i) capital mínimo para constituição e operação; (ii) classificação de empréstimos; (iii) restrições às taxas de juros; e, (iv) custos regulatórios, oriundos das atividades mínimas despendidas para atender a normas regulatórias.

Estimativas realizadas por Jansson (2000) apontam que no primeiro ano de funcionamento de OMFs reguladas oficialmente, 3% de seus ativos ficam comprometidos com os requerimentos para a regulação. Esses custos regulatórios tendem a decrescer ao longo do tempo de funcionamento à medida que a organização se ajusta às regulações. Essa estimativa na visão das autoridades supervisoras gira em torno de 1% do ativo das OMFs (JANSSON, 2000).

Com efeito, além das características acima mencionadas, a capacidade de atuação das OMFs está associada principalmente à natureza das relações que estabelecem com seu público. A capacidade de estender sua atuação aos segmentos de baixa renda, de efetivar parcerias estratégicas e de consolidar-se como agente democratizante das finanças vai depender dos mecanismos de coordenação e controle das transações. Esses mecanismos fazem parte da capacidade de resposta das organizações às condições ambientais, ligadas às demandas financeiras, às condições de acesso do público e às formas de regulação às quais são submetidas. Tais questões dizem respeito à governança, conceito frequentemente usado por organizações financeiras em todo o mundo.

### 3.2 Governança

A governança em organizações financeiras é caracterizada pela forte regulação e supervisão externas. Os trabalhos sobre governança em OMFs requerem ampliar os marcos e as categorias analíticas de estudo para levar em conta a totalidade dos atores (individuais ou coletivos) que atuam nos sistemas de financiamento (funcionários, tomadores, gerentes, diretores, assessores, entidades parceiras, Estado etc.), assim como a diversidade de formas organizacionais (LAPENU e PIERRET, 2007).

Em termos conceituais,

[...] la gobernabilidad de una institución de Microfinanzas, basada sobre su estructura de propiedad, agrupa la totalidad de mecanismos a partir de los cuales los actores (directivos, asalariados, otros) definen y persiguen la misión de la institución (particularmente la población meta, los servicios y la cobertura geográfica) y aseguran su perennidad adaptándose al entorno, previniendo y superando las crisis. (LAPENU e PIERRET, 2007, p. 8).

Nessa definição de governança também entram em cena elementos referentes ao sistema de poder da organização e a capacidade de resolver os conflitos que dele derivam. De acordo com as autoras, as preocupações das OMFs, quanto à governança, inscrevem-se no marco de um objetivo global de perenidade e de busca por legitimidade.

No que se refere ao cooperativismo de crédito, os mecanismos de governança devem ser adequados à regulação do sistema financeiro. Como já discutido, as OMFs precisam submeter-se a fortes regulações do Banco Central, que induz à padronização do setor. As pressões normativas com as quais as cooperativas de crédito precisam lidar configuram o ambiente institucional<sup>6</sup> do qual as próprias cooperativas fazem parte. Um ambiente regulatório comum para o sistema financeiro, composto por diferentes tipos de organizações, culmina numa série de pressões institucionais com vistas à segurança sistêmica.

Independente do público a que se destinam e do tipo de organização que representam, as cooperativas de crédito, devido ao seu enquadramento no sistema financeiro nacional, precisam submeter-se a normas e padrões de funcionamento similares aos das demais organizações

<sup>6</sup> Entende-se por “ambiente institucional” o meio no qual são estabelecidas e difundidas regras e normas de atuação necessárias para o alcance da legitimidade organizacional (DIMAGGIO e POWELL, 2005). Os autores distinguem o ambiente institucional do ambiente técnico, definido pela troca dos bens e serviços.

financeiras. Os mecanismos de governança e o próprio formato organizacional precisam estar em conformidade com as exigências do Banco Central. Valadares (2003) também sinaliza essas pressões coercitivas. Para o autor, trata-se de um processo institucional que contribui para o isomorfismo entre as organizações.

No campo das microfinanças, principalmente entre as organizações reguladas oficialmente, a busca por legitimidade e sustentabilidade pode levar ao isomorfismo. Para Carvalho *et al.* (2009), o segmento microfinanceiro vem passando por transformações recentes e as organizações vêm apresentando direcionamentos mais focados em sustentabilidade e resultados, o que as leva a buscarem adaptação ao ambiente e adotarem práticas e formas organizacionais já consagradas e legítimas. Entretanto, para os autores, as organizações podem vir a ser mais funcionais e instrumentais, num processo isomórfico de adequação normativa e de busca por eficiência que preze pela predominância da gestão estratégica sobre seus valores e ideais sociopolíticos.

### 3.3 Dilema

A discussão sobre a governança e o isomorfismo em OMFs é relevante pela especificidade com que precisam lidar as organizações, indicando um *trade off* em sua operacionalização:

Las IMF concilian un funcionamiento de empresa (viabilidad financiera) con una misión de interés general (lucha contra la exclusión bancaria). La gobernabilidad en Microfinanzas se encuentra en el cruce de dos enfoques, por un lado está el enfoque político/ético que se dirige hacia la visión estratégica de la institución, la legitimidad de los que deciden y la integración de la institución en su entorno, y por otro lado el enfoque económico/gerencial, que considera la gobernabilidad según una visión de búsqueda de la eficiencia, de reducción de los costos y de optimización de los medios disponibles (LAPENU e PIERRET, 2007, p. 7).

É importante atentar para esse contexto tendo em vista que se trata da atuação de sistemas financeiros baseados na proximidade entre os atores e não apenas da atuação descentralizada de organizações a partir de estratégias mercantis clássicas. Portanto, esse contexto aborda sistemas complexos de fornecimento de serviços financeiros a populações de baixa renda, as quais precisam lidar com certos padrões normativos, buscar por sustentabilidade financeira e desenvolver mecanismos específicos de governança. Dessa forma, percebe-se que lidar com o dilema de ser sustentável financeiramente e cumprir o papel social de inclusão financeira é um desafio constante.

Junqueira (2003, p. 17) também assinala a vivência desse dilema como um desafio das OMFs. Para o autor, é importante que se reconheça que “[...] existe um *trade-off* entre os objetivos de ampliar a base social em direção aos mais pobres e garantir a saúde financeira da entidade”. O dilema é recorrente nos empreendimentos microfinanceiros, os quais apresentam uma particularidade que sinaliza a possibilidade de inflexão no comportamento das organizações, pois, ceder a formatos organizacionais tradicionais (como os bancos comerciais) para garantir o crescimento dos negócios, por exemplo, poderia obstruir suas vias de acesso ao público-alvo.

Esse dilema, formado pela divergência entre a lógica das dimensões econômica e regulatória e a lógica formada pela dimensão sociopolítica é constatado também por Magalhães (2005), em estudo empírico sobre a Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Ascoob) de cooperativas de crédito da agricultura familiar da Bahia. O autor conclui que:

[...] de um lado impera uma racionalidade formal, condicionada pelos resultados financeiros da organização e de outro uma racionalidade substantiva, condicionada por determinados postulados valorativos, como inclusão social, redução da pobreza, organização democrática, valores comunitários, etc. (MAGALHÃES, 2005, p. 132).

Não obstante esses desafios vivenciados pelas OMFs, é evidente que a riqueza de suas experiências contempla uma infinidade de respostas aos estímulos do ambiente que precisam ser melhor compreendidas e explicitadas. É relevante, diante do recorte analítico aqui proposto, que se identifique quais elementos contidos nas experiências microfinanceiras caracterizam o sucesso de suas metodologias creditícias e de suas virtudes para superar os desafios. Os desafios das OMFs são muitos, no entanto, de maneira alguma ofuscam a magnitude e relevância que elas assumem num contexto político-institucional de luta contra a pobreza e inclusão financeira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi por meio de tecnologias inovadoras como o aval solidário, o monitoramento coletivo e os fundos rotativos, que se consolidaram canais viáveis para a distribuição de crédito às camadas populares da sociedade, reduzindo os custos de transação dos pequenos empréstimos e superando altos custos operacionais. Reside, aí, como se objetivou mostrar, a inovação metodológica que as microfinanças representaram para o setor financeiro.

Apesar de representarem tal inovação, as organizações de microfinanças (OMFs) esbarram no dilema de expandirem seus serviços a grupos sociais vulneráveis, flexibilizando os mecanismos de controle e monitoramento do crédito, mas terem que manter níveis consideráveis de retorno e inadimplência para garantirem a viabilidade financeira. A inserção dessas organizações no circuito financeiro formal e, por conseguinte, em um ambiente regulatório rígido, exige certa padronização e liquidez para manterem-se operando.

Percebe-se, contudo, que algumas organizações, como o *Grammen Bank* e as cooperativas de crédito solidárias brasileiras, conseguem balancear essas duas questões, principalmente porque souberam aproveitar características particulares do grupo social demandante (clientes) e do mercado em que se inseriram na formulação das metodologias creditícias. Essas características geralmente são negligenciadas pelas organizações financeiras tradicionais em suas políticas internas e nos serviços prestados. A seguir, elencou-se quatro categorias que podem facilitar a compreensão da atuação de OMFs e da formulação de novas metodologias que valorizem aquelas características:

i) *A especificidade das demandas*: As demandas financeiras do público-alvo devem determinar o perfil dos serviços financeiros ofertados. A adequação operacional da organização deve acontecer com base na realidade econômico-produtiva dos grupos que pretende atender, orientando a formulação dos produtos e serviços, bem como as condições em que eles serão ofertados. Portanto, a oferta de serviços padronizados e homogêneos a públicos diversos desconsidera que as necessidades financeiras dos grupos econômicos variam de acordo com o contexto, providenciando um cenário de atendimento parcial das necessidades ou, até mesmo, de acentuação da exclusão financeira. As microfinanças, nesse sentido, precisam operar de forma contextualizada, adaptando-se às características de seu público-alvo e suas necessidades financeiras;

ii) *o capital social*: A coesão social dos grupos que formam o ambiente de atuação das organizações é condicionante da efetividade das metodologias creditícias. O capital social, como uma forma de articulação dos atores, entremeada por relações sociais que facilitam o acesso



a bens e serviços, pode representar um mecanismo de regulação social do crédito e facilitar a coordenação dos grupos pelas organizações. A organização coletiva e as relações interpessoais facilitam a operacionalização das metodologias microfinanceiras. À medida que se identifica a formação do capital social, a exemplo de trabalhos comunitários, ajuda mútua, relações cooperativas e colaborativas entre os indivíduos e famílias, mais intensa poderá ser a relação de confiança entre as pessoas que, por esse fator de coesão, mais colaborarão com iniciativas coletivas de acesso a serviços financeiros. Esse é um fator primordial na concepção de controle e monitoramento do crédito, na medida em que o capital social pode funcionalmente substituir mecanismos mais rígidos e formalizados, assim como identificou Ferrary (2003);

iii) *Os lastros de financiamentos informais já existentes*: Os lastros de financiamentos informais são condições que exprimem a lógica das relações financeiras existentes, mas, primeiramente, a própria rede de relações sociais e seus atributos. Não se pode, ao formular estratégias de operacionalização dos serviços em OMFs, desconsiderar os lastros de financiamento já efetivados, como o são a reputação e as relações de vizinhança, que exprimem as interações cotidianas que marcam a vida econômica de famílias de baixa renda. As condições de pagamento de empréstimo ou de garantias em transações, no caso de populações de baixa renda, são muitas vezes lastreadas por elementos subjetivos que caracterizam as relações entre os partícipes, mas que equivalem funcionalmente, às relações contratuais, já que a perda da reputação poderia representar a exclusão do partícipe;

iv) *as referências socioespaciais de organização do grupo*: Espaços, como as comunidades, as vilas e outros, são de grande relevância para compreender a dinâmica de organização dos grupos e de seus instrumentos de relacionamento econômico. O parentesco e a vizinhança podem ser tidos como os principais elos das redes sociais, os quais são marcados por relações de proximidade, que não devem ser desconsideradas pelas metodologias creditícias. Assim, ao se pensar em estratégias de monitoramento dos investimentos, sistemas de cobrança e captação de clientes, é preciso considerar a referência socioespacial do grupo, que representa, em sua essência, a organização social pré-existente. Como identificou Ferrary (2003), quando os agentes financeiros (ou agentes de crédito) são oriundos dos próprios grupos, sua atuação torna-se legítima e seu poder de controle torna-se efetivo por já estar imerso nas redes sociais.

Tal separação analítica exposta tem apenas fins didáticos, mas, na essência das experiências microfinanceiras, essas categorias estão interconectadas e fazem parte dos sistemas financeiros localizados, nos quais as OMFs se inserem. Nesse sentido, uma hipótese é a de que as metodologias de operacionalização das microfinanças serão mais qualificadas quanto maior for sua adequação às categorias e seu enraizamento nas estruturas sociais dos territórios em que atuam. A apropriação do tecido social e de suas funções regulativas, normativas e cognitivas, por parte das OMFs, no processo de concessão e monitoramento do crédito traduz mecanismos sociais com alto potencial de superar assimetrias na gestão das organizações.

É importante, assim, relativizar o dilema anteriormente enunciado, pois ele não deve, de maneira estrita, ser considerado um “mundo bipolarizado” dessas organizações. Determinados formatos organizacionais inseridos no contexto específico de populações de baixa renda precisam adequar-se aos padrões institucionais do setor financeiro para poderem operar. Superar o dilema torna-se, então, fator decisivo para que as OMFs consigam disponibilizar o crédito a segmentos anteriormente excluídos do sistema financeiro e das políticas de crédito implementadas pelo Estado. A resposta a esse dilema precisa começar a ser redigida com base no contexto social e econômico que envolve as organizações, considerando as características particulares do público-alvo como aspecto essencial para uma gestão estratégica.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (org.). Laços financeiros na luta contra a pobreza. São Paulo: Ed. FAPESP/Annablume, 2004.
- BÚRIGO, F. L. Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. (Tese de Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Sociologia Política, UFSC, Santa Catarina, 2006.
- CARVALHO, D. M.; ARAUJO, E. A.; SALAZAR, G. T.; FERREIRA, R. do N. Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza? In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Administração, Economia e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: SOBER, 2009.
- COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. Tempo social [online]. v.15, n.2, p. 269-301, 2003.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.
- FERRARY, M. Trust and social capital in the regulation of lending activities. Journal of Socio-economics, n. 31, p. 673 – 699, 2003.
- FREITAS, A. F. ; FREITAS., A. F. ; Silva, M. G. ; Dias, M. M. Por un sistema financiero solidario en agricultura familiar: el sistema Ecosol en Minas Gerais. Cooperativismo y Desarrollo, n. 95. v. 17, p. 61-80, 2009.
- GONZÁLEZ-VEGA, C. Uma Visão Geral das Microfinanças. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MICROFINANÇAS, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: BNDES, 2000.
- GUERRERO, J. Á. As microfinanças e o crédito rural. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MICROFINANÇAS, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: BNDES, 2000.
- JANSSON, T. Regulação do setor de microfinanças. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MICROFINANÇAS, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: BNDES, 2000.
- JUNQUEIRA, R. G. P. Finanças solidárias e agricultura familiar. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP, São Paulo, 2003.
- LAPENU, C.; PIERRET, D. Guía Operacional de Análisis de La Gobernabilidad de una Institución de microfinanzas. París : CERISE, IRAM, 2007.
- MAGALHÃES, R. Economia, Natureza e Cultura: Uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP, São Paulo, 2005.
- NERI, M. (org.) Microcrédito: o mistério nordestino e o grameen brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- OLIVEIRA, G. C. Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro. Revista de Economia Política, v. 28, n. 1, jan./março, p. 178-182, 2008.
- OLIVEIRA, N. D. A.; SILVA, T. N. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no Creditag-RO. Revista de Administração da UFSM. v. 5, n. 2, p. 277-295, 2012.
- PARENTE, S. O mercado financeiro e a população de baixa renda. Brasília DF: CEPAL, 2003. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/11869/r136silvanaparenteomercadofinanc.pdf>>. Acesso em: 07 de fevereiro, 2012.
- SCHRÖDER, M. Finanças, comunidades

e Inovações: organizações financeiras da agricultura familiar – O sistema Cresol (1995 a 2003). Tese (Doutorado em economia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, UNICAMP, Campinas, 2005.

SEN, A. C. O desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. 2. ed. Brasília: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008.

VALADARES, J. H. Estrutura e estratégia institucional: formação de campo organizacional e isomorfismo no cooperativismo de crédito rural de Minas Gerais. 126f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Seropédica, 2003.

YUNUS, M. O Banqueiro dos Pobres. São Paulo: Editora Ática, 2000.